

MERCADOS



Bolsa fecha quase estável com melhora em NY pós-Fed

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Do meio para o fim da tarde ontem, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acompanhou a relativa melhora em Nova York - onde o índice amplo, S&P 500, oscilou do negativo ao positivo durante a fala do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, assim como o Nasdaq -, mas encerrou a sessão ainda em baixa de 0,09%, aos 133.397,52 pontos. A cautela precede a decisão do período da noite do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que deve elevar a taxa de juros de referência do Brasil em meio ponto percentual, a 14,75% ao ano. O giro foi moderado a R\$ 19,7 bilhões na sessão. Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) cedeu 1,28%, e no agregado no mês caiu 1,24%. No ano, sobe 10,9%.

Por sua vez, em Nova York, os três principais índices de ações, com o Dow Jones à frente (+0,7%), firmaram-se em alta em direção ao encerramento, com o S&P 500 mostrando ganho de 0,43% e o Nasdaq, de 0,27%, no fim do dia.

Na Bolsa, parte do setor financeiro avançou ontem pré-Copom, como Itaú (PN +1,1%), Santander (Unit +0,35%) e Banco do Brasil (ON +0,42%).

Petrobras encerrou o dia sem direção única, com a ON em alta de 0,65% e a PN, de 0,46%. O papel de maior peso no Ibovespa, Vale ON, fechou em leve baixa de 0,19%. Na ponta ganhadora do índice, destaque para Eneva (+4,15%), Klabin (+2,68%) e Minerva (+2,57%). No lado oposto, RD Saúde (-14,76%), Vamos (-7,05%) e Ultrapar (-4%).

DÓLAR

O dólar acentuou o ritmo de alta ao longo da tarde no mercado local em sintonia com o fortalecimento da moeda norte-americana no exterior, após o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, adotar um tom cauteloso em torno da condução da política monetária, evitando dar sinais sobre eventuais cortes de juros.

Com máxima a R\$ 5,7635, o dólar à vista terminou o dia em alta de 0,61%, a R\$ 5,7454. Foi o terceiro pregão consecutivo de avanço da divisa, que fechou no maior nível desde 17 de abril (R\$ 5,8037) e passou a acumular valorização de 1,21% nos quatro primeiros pregões de maio. A perda da moeda no ano, que já superaram 8%, agora são de 7,04%.

BALANÇO

Bradesco tem lucro líquido de R\$ 5,864 bi no primeiro trimestre

MATHEUS PIOVESANA/AE

O Bradesco registrou lucro líquido recorrente de R\$ 5,864 bilhões no primeiro trimestre deste ano, resultado 39,3% maior que o do mesmo intervalo do ano anterior, e 8,6% superior ao do quarto trimestre de 2024.

O número foi fruto do crescimento da chamada margem financeira líquida, que é o ganho do banco com juros depois de descontadas as provisões contra a inadimplência. Essa linha subiu 30,6% em um ano, para R\$ 9,591 bilhões, diante do crescimento da margem bruta e da queda das provisões. Além disso, as despesas administrativas do banco caíram 4% no período, para R\$ 5,265 bilhões.

O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 14,4%, alta de 2,2 pontos percentuais em um ano, e de 2,7 p.p. em um trimestre. O Bradesco tinha R\$ 2,114 trilhões em ativos no final de março, crescimento de 5,7% no comparativo anual.

"No primeiro trimestre do ano, o crescimento das receitas foi a principal razão de melhora da nossa rentabilidade e esse deve ser o padrão este ano. Avançaremos, mantendo a boa qualidade das novas safras de crédito, fazendo créditos principalmente com garantias", disse o presidente do banco, Marcelo Noronha, em nota à imprensa.

Ainda de acordo com ele, o Bradesco já havia reduzido o apetite a risco no final do ano passado, e mesmo mais seleto diante da economia em desaceleração, o banco fez bons negócios. "Mostramos a tração que temos em todos os segmentos de clientes e canais digitais. Nossa margem líquida cresceu. Continuamos focados no RAR retorno ajustado ao risco das operações."

A margem com clientes, que reflete o ganho em operações de crédito, teve alta de 15,5% em um ano, para R\$ 16,771 bilhões, e alta de 3,8% em um trimestre. Na tesouraria, o resultado foi de R\$ 462 milhões, baixa de 26,7% no comparativo anual diante da alta dos juros. A margem financeira bruta total subiu 13,7% em relação ao primeiro trimestre de 2024, para R\$ 17,233 bilhões.

A carteira de crédito do Bradesco encerrou o trimestre em R\$ 1,005 trilhão, alta 12,9% em um ano, e de 2,4% em relação ao trimestre anterior. Foi puxada por operações voltada a pessoas jurídicas, que cresceram 18,7%. A inadimplência era de 4,1%, pelo critério de atrasos acima de 90 dias, baixa de 0,9 p.p. em um ano.

As receitas com serviços tiveram alta de 10,2% em um ano, para R\$ 9,769 bilhões, puxadas por linhas como as de cartões de crédito e de banco de investimento.

IBGE

Produção industrial cresce 1,2% em março, após quedas

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A indústria brasileira cresceu 1,2% na passagem de fevereiro para março. O resultado rompe um período de cinco meses seguidos em que o setor acumulava perdas ou variação positiva muito perto de zero, o que é considerado estabilidade. É também a maior expansão desde junho de 2024, quando o crescimento ficou em 4,3%.

Considerando apenas os meses de março, esse é o maior resultado desde 2018, quando cresceu 1,4%. O dado faz parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação a março do ano passado, houve avanço de 3,1%. Nesse tipo de comparação, é a

décima alta positiva seguida. Em 12 meses, a indústria acumula 3,1%.

Com esses resultados, a indústria se encontra 2,8% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 14,4% abaixo do ponto mais alto da série histórica, registrado em maio de 2011.

Veja o comportamento da indústria nos últimos seis meses na comparação com o mês imediatamente anterior:

- Março 2025: +1,2%
- Fevereiro 2025: 0%
- Janeiro 2025: +0,1% (considerado estabilidade)
- Dezembro 2024: -0,3%
- Novembro 2024: -0,7%
- Outubro 2024: -0,1%

ALTA DISSEMINADA

O gerente da pesquisa, André Macedo, destaca que o crescimento de março é uma "compensação de meses em que a indústria mostrou menor dina-

missão". Só nos três últimos meses de 2024 o recuo acumulado tinha ficado em 1%.

Macedo ressalta ainda que houve crescimento disseminado no setor e "segmentos importantes mostrando crescimento na produção".

Das quatro grandes categorias econômicas pesquisadas, três apresentaram expansão:

- Bens de consumo duráveis: 3,8%
- Bens de consumo semi e não duráveis: 2,4%
- Bens Intermediários (são usados na produção de outros bens): 0,3%
- Bens de capital (máquinas e equipamentos): -0,7%

Outro dado que mostra disseminação do crescimento foi que, entre as 25 atividades pesquisadas, 16 apresentaram comparação positiva de fevereiro para março, sendo as principais influências positivas:

- coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis: 3,4%
- indústrias extrativas: 2,8%
- produtos farmacêuticos e farmacêuticos: 13,7%
- veículos automotores, rebocadores e carrocerias: 4%

O índice de difusão, que mostra o percentual dos 789 produtos investigados que tiveram crescimento na produção, ficou em 59,7% na passagem de fevereiro para março.

A média móvel trimestral, indicador que permite visualizar a tendência de comportamento do setor sem interferências pontuais, ficou positiva em 0,4%, "interrompendo a trajetória predominantemente descendente iniciada em novembro de 2024", afirma o IBGE. A média móvel trimestral apurada em março foi o primeiro resultado positivo desde outubro.

COMÉRCIO EXTERNO

Balança comercial tem superávit de US\$ 8,15 bilhões em abril

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A queda no preço de diversas commodities (bens primários com cotação internacional) fez o superávit da balança comercial encolher em abril, apesar do início de algumas safras.

No mês passado, o país exportou US\$ 8,153 bilhões a mais do que importou, divulgou ontem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Em relação a abril de 2024, o superávit caiu 3,3%. O resultado é o quarto melhor para o mês, só perdendo para abril de 2021, quando foi registrado superávit recorde de US\$ 9,963 bilhões, 2022 e 2024.

A balança comercial acumula superávit de US\$ 17,728 bilhões nos quatro primeiros meses de 2024. O valor representa queda de 34,2% em relação aos mesmos meses do ano passado. O recuo no valor acumulado ocorreu porque a balança comercial teve déficit de US\$ 471,6 milhões em fevereiro, motivado pela importação de uma plataforma de petróleo.

Tanto as exportações como as importações bateram recorde. Em abril, o país exportou US\$ 30,409 bilhões, alta de 0,3%

em relação ao registrado no mesmo mês do ano passado e o melhor abril desde 1989, quando começou a série histórica. As importações somaram US\$ 22,256 bilhões, alta de 1,6% na mesma comparação e também o maior valor da história.

EXPORTAÇÕES

Do lado das exportações, as vendas externas de soja, principal produto da agropecuária, caíram 6,1% em relação a abril do ano passado, por causa da queda de 9,7% dos preços médios. As vendas de minério de ferro recuaram 14,3%, motivada pela queda de 16,4% nos preços.

No entanto, a alta no preço do café e da carne bovina ajudaram a sustentar a balança. As vendas de alguns produtos, como carne bovina, veículos e ferro-gusa, subiram no mês passado, compensando a diminuição de preço dos demais produtos.

IMPORTAÇÕES

Do lado das importações, as aquisições de motores, máquinas, medicamentos, componentes de veículos, adubos e fertilizantes químicos subiram. A maior alta ocorreu com os fertilizantes, cujo valor comprado aumentou US\$ 327,4 milhões

(+36,2%) em abril na comparação com abril do ano passado.

EXPORTAÇÕES

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas caiu 0,5%, puxado pela queda na quantidade vendida de café e de cobre. Os preços aumentaram apenas 0,8% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade comprada subiu 4,4%, impulsionado pelo crescimento econômico, mas os preços médios recuaram 2,9%, refletindo a queda no valor das commodities (bens primários com cotação internacional).

SETORES

No setor agropecuário, a queda na quantidade vendida pesou mais para o recuo de 0,8% nas exportações do segmento. O volume de mercadorias embarcadas caiu 4,9% em abril na comparação com o mesmo mês de 2024, enquanto o preço médio subiu 4,5%.

Na indústria de transformação, a quantidade subiu 1,3%, com o preço médio subindo 1,5%, refletindo uma certa recuperação econômica na Argentina, o maior comprador de bens industrializados do Brasil.

Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada subiu 1,6%, enquanto os preços médios recuaram 5%, fruto da desaceleração econômica na China e do acirramento da guerra comercial por parte do governo de Donald Trump.

ESTIMATIVA

Segundo as estimativas mais recentes do Mdic, divulgadas em abril, o superávit deverá ficar em US\$ 70,2, queda de 5,4% em relação a 2024. A próxima projeção será divulgada em julho.

Segundo o MDIC, as exportações devem subir 4,8% em 2025 na comparação com 2024, encerrando o ano em US\$ 353,1 bilhões. As importações subirão 7,6% e fecharão o ano em US\$ 282,9 bilhões. As estimativas, no entanto, devem ser revistas na próxima projeção, em julho, porque não consideram os efeitos do tarifaço de Donald Trump nem da retaliação comercial da China.

As previsões estão mais pessimistas que as do mercado financeiro. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US\$ 75 bilhões neste ano.

A entidade destaca que o crescimento da fonte solar no Brasil aconteceu em meio a um ano de grandes desafios enfrentados pelo setor, como os cortes de geração renovável (curtailments) sem o devido ressarcimento aos empreendedores, e os obstáculos de conexão de pequenos sistemas de geração própria solar, entre outros. Em 2024, os investimentos na tecnologia solar totalizaram R\$ 53,7 bilhões no Brasil, com a geração de mais de 457,7 mil empregos. Atualmente, a fonte solar é a segunda maior na matriz elétrica nacional, com 56 GW em operação no Brasil, que representam 22,5% de toda a capacidade instalada.

2024

Brasil fica em 4º lugar em ranking de potência solar

DENISE LUNA/AE

O Brasil instalou no ano passado o recorde de 18,9 gigawatts de potência pico da fonte solar fotovoltaica, 21% a mais do que em 2023, garantindo assim a quarta posição no ranking "Global Market Outlook For Solar Power 2025-2029", elaborado pela SolarPower Europe, informou a Associação

Brasileira de Energia Solar (Absolar) ontem. O País ficou atrás de países como China, Estados Unidos e Índia, este último elevado à terceira posição, antes ocupada pelo Brasil, após fortes investimentos no setor no ano passado, informou a entidade. O total adicionado pelo Brasil representa 3% de todo o mercado mundial no período.

"O crescimento acelerado da energia solar é tendência mundial e o avanço brasileiro nesta área é destaque internacional. O Brasil possui um dos melhores recursos solares do planeta e assume cada vez mais protagonismo neste processo de transição energética e combate ao aquecimento global", disse em nota o presidente da Absolar, Rodrigo Sauer.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

BANCO CENTRAL

Copom eleva juros básicos da economia para 14,75% ao ano

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o Banco Central (BC) aumentar mais uma vez os juros.

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,5 ponto percentual, para 14,75% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

Essa foi a sexta alta seguida da Selic. A taxa está no maior nível desde agosto de 2006, quando também estava em 14,75% ao ano.

Em comunicado, o Copom não deu pistas sobre o que deve ocorrer na próxima reunião, na metade de junho. Apenas afirmou que o clima de incerteza permanece alto e exigirá prudência da autoridade monetária, tanto em eventuais aumentos futuros como no período em que a Selic deve ficar em 14,75% ao ano.

"Para a próxima reunião, o cenário de elevada incerteza, aliado ao estágio avançado do ciclo de ajuste e seus impactos acumulados ainda por serem observados, demanda cautela adicional na atuação da política monetária e flexibilidade para incorporar os dados que impactem a dinâmica de inflação", destacou o texto.

A alta consolida um ciclo de contração na política monetária. Após chegar a 10,5% ao ano

de junho a agosto do ano passado, a taxa começou a ser elevada em setembro do ano passado, com uma alta de 0,25 ponto, uma de 0,5 ponto e três de 1 ponto percentual.

INFLAÇÃO

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em abril, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), considerado a prévia da inflação oficial, ficou em 0,43%. Apesar da desaceleração em relação a março, o preço dos alimentos continua impressionando a inflação.

Com o resultado, o indicador acumula alta de 5,49% em 12 meses, acima do teto da meta contínua de inflação. Os números do IPCA cheio de abril só serão divulgados na próxima sexta-feira.

Pelo novo sistema de meta contínua em vigor desde janeiro, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

No modelo de meta contínua, a meta passa ser apurada mês a mês, considerando a inflação acumulada em 12 meses. Em maio de 2025, a inflação desde ju-

nho de 2024 é comparada com a meta e o intervalo de tolerância.

Em junho, o procedimento se repete, com apuração a partir de julho de 2024. Dessa forma, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao índice fechado de dezembro de cada ano.

No último Relatório de Inflação, divulgado no fim de março pelo Banco Central, a autoridade monetária elevou para 5,1% a previsão do IPCA para 2025, mas a estimativa pode ser revista, dependendo do comportamento do dólar e da inflação. O próximo relatório será divulgado no fim de junho.

As previsões do mercado estão mais pessimistas. De acordo com o boletim *Focus*, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 5,53%, mais de 1 ponto acima do teto da meta. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 5,65%.

O comunicado do Copom trouxe as expectativas atualizadas do Banco Central sobre a inflação. A autoridade monetária prevê que o IPCA, no cenário de referência, chegará a 4,8% em 2025 (acima do teto da meta) e 3,6% no fim de 2026. Isso porque o Banco Central trabalha com o que chama de "horizonte ampliado", considerando o cenário para a inflação em até 18 meses.

O Banco Central aumentou as estimativas de inflação. Na reunião anterior, de março, o

Copom previa IPCA de 5,1% em 2025 e de 3,9% em 12 meses no fim do terceiro trimestre de 2026.

CRÉDITO MAIS CARO

O aumento da taxa Selic ajuda a conter a inflação. Isso porque juros mais altos encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas maiores dificultam o crescimento econômico. No último Relatório de Inflação, o Banco Central reduziu para 1,9% a projeção de crescimento para a economia em 2025.

O mercado projeta crescimento semelhante. Segundo a última edição do boletim *Focus*, os analistas econômicos preveem expansão de 2% do PIB em 2025.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

ASSOCIAÇÃO

ABDE elege ex-Caixa Maria Fernanda Coelho como nova presidente

AMANDA PUPO/AE

A ex-presidente da Caixa Econômica Maria Fernanda Coelho será a nova presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE). Coelho é Diretora de Crédito Digital para Macro, Pequenas e Médias Empresas do BNDES desde junho de 2024. A escolha passa a executiva assumir a ABDE foi feita ontem, em eleição por associados das 34 instituições que compõem a entidade, que representa bancos públicos e agências de fomento.

Coelho presidiu a Caixa entre 2006 e 2011. O novo corpo diretivo eleito hoje vai representar a ABDE até 2027. A expectativa é que a nova presidente tome posse nos próximos dias, assim como os dois vice-presidentes e nove diretores eleitos.

"A ABDE inclui os bancos públicos de desenvolvimento,

bancos estaduais, agências de fomento, Finep e Sebrae, que representam mais de 45% do crédito no Brasil, em um mercado de mais de R\$ 6 trilhões. É importante que as instituições financeiras estejam alinhadas para cumprir a missão de ampliar o desenvolvimento sustentável do Brasil, fortalecendo os principais setores da nossa economia e gerando empregos de qualidade", afirmou Coelho em nota divulgada pela ABDE.

Atualmente, a ABDE é presidida por Celso Pansera, que também lidera a Finep. Segundo a entidade, Pansera apoiou a candidatura de Maria Fernanda Coelho. "Maria Fernanda Coelho já foi presidente de um dos maiores bancos do país. Tenho certeza de que a ABDE seguirá como protagonista para ampliar o desenvolvimento do Brasil durante sua gestão", disse Pansera.

INSTITUTO USINA DO ESPORTE

CNPJ 10.705.522/0001-42

EDITAL CONVOCAÇÃO

Ao dia 12 de maio de 2025 às 18:00 horas, na sede à Rua Monsenhor Jerônimo, nº 248, bairro Engenho de Dentro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20730-110, será realizada a Assembleia Geral Ordinária (AGO) e Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do Instituto Usina do Esporte, conforme pauta abaixo: **AGO:** - Aprovar planos de trabalho; - Aprovar balanços e contas. **AGE:** - Eleição dos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e de Atletas; - Demais assuntos de interesse. Rio de Janeiro, **Fernando Barbosa de Oliveira** - Presidente

Tangara Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

São convidados os Senhores Acionistas da Tangara Energia S.A. a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, sala 403, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028, em primeira convocação, às 09h30, segunda convocação às 09:35 e terceira, e última, convocação às 09:40, do dia 14 de maio de 2025, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (i) alterar o prazo de gestão dos membros da diretoria; (ii) alteração do Estatuto Social da Companhia, referente à regra sobre o prazo das procurações a serem emitidas pela Companhia; (iii) tomar conhecimento da renúncia de membros da Diretoria Executiva da Companhia; (iv) eleger/reeleger os membros para a Diretoria Executiva da Companhia; (v) consolidar o Estatuto Social da Companhia, para refletir as deliberações decorrentes da assembleia; e (vi) outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro, **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Diretor. (06, 07 e 08/05/2025)

MÉXICO

Haddad conversa Sheinbaum sobre relações econômicas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reuniu-se ontem com a presidenta do México, Claudia Sheinbaum, para tratar das relações econômicas entre aquele país e o Brasil. A agenda aconteceu no Palácio Nacional, na Cidade do México, onde o ministro também se reuniu com o secretário da Fazenda e do Crédito

Público do México, Edgar Amador.

No México, Haddad também se encontrou com o embaixador do Brasil no país, Nedilson Jorge, e com empresários brasileiros, entre eles, os representantes das empresas Nu México, WEG, Marcopolo, Tramontina, Odonotprev, Coca-Cola, Eurofarma, BrasdesCard e Banco de Pagos

Internacionales (BIS).

EUA

O ministro da Fazenda encerrou ontem um ciclo de agendas internacionais iniciado no último domingo passado.

Terça-feira, o ministro participou de café da manhã com cerca de 40 executivos e empresários do Vale do Silício, na Cali-

fórnia (EUA), para apresentar a nova política nacional de *data centers* (centros de processamento de dados), que pretende atrair investimentos de até US\$ 2 trilhões nos próximos anos.

Em Los Angeles, Haddad reuniu-se com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, também para tratar da política de *data centers*.

FRAUDE

Presidente do INSS suspende serviço de antecipação de benefícios pelo PicPay

GIORDANNA NEVES, SOFIA AGUIAR E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Junior, decidiu suspender, em caráter cautelar, ontem, o serviço de adiantamento de parcelas de aposentadorias, pensões e demais benefícios previdenciários oferecido pelo banco PicPay no âmbito do programa INSS Vale+. A medida foi publicada na edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)*. No despacho, o presidente do INSS alega que o banco é acusado de descumprir as regras do INSS ao cobrar taxas que não estão autorizadas pelas normas oficiais.

O representante das instituições financeiras, Ivo Mósca, citou, em reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) realizada na semana passada, denúncias de que cobranças irregulares estariam sendo feitas e cobrou providências por parte do governo federal.

No despacho, Waller diz que há uma "farta documentação", em especial denúncias de seguros, de que as regras do programa não foram obedecidas pela em-

presa, podendo ocasionar prejuízos irreparáveis aos beneficiários do INSS.

A decisão também determina que o banco seja notificado para que apresente documentos que comprovem o cumprimento das condicionantes. Fica vedado ainda a qualquer repasse administrativo sem que a empresa demonstre ter respeitado integralmente as regras do órgão.

Essa é uma das primeiras medidas adotadas pelo presidente após assumir o cargo em meio ao escândalo envolvendo deduções indevidas em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS.

Como mostrou o Grupo Estado, na noite da terça-feira passada, havia a expectativa de uma manifestação do Executivo nesta quarta acerca das medidas a serem adotadas para reparar os aposentados atingidos pelo esquema.

No período da manhã, integrantes da Secretaria de Comunicação Social (Secom) e assessores de ministérios envolvidos no assunto se reuniram para tratar, dentre outros temas, sobre um possível pronunciamento do governo. No encontro, no entanto, ficou fechado de que não deve haver manifestação da gestão federal

nesta quarta. PicPay nega cobrança indevida em serviço de antecipação de benefícios do INSS

O banco Picpay afirmou ontem, em nota à imprensa, que o produto de antecipação do benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ofertado pela empresa está "integralmente aderente à regulamentação vigente e não faz qualquer cobrança indevida".

A nota foi divulgada após o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Junior, suspender, em caráter cautelar, nesta quarta-feira, 7, o serviço de adiantamento de parcelas de aposentadorias, pensões e demais benefícios previdenciários oferecido pelo PicPay no âmbito do programa INSS Vale+.

Em nota, o Picpay esclareceu que o fluxo de contratação dá prioridade à modalidade gratuita via cartão, que tem, inclusive, liberação imediata do cartão virtual. "Só há cobrança quando o beneficiário opta, por livre intenção, receber o valor direto na conta - para, por exemplo, usar via Pix", diz.

"A suspensão temporária do nosso produto foi motivada por denúncia fantasiosa, fruto do incômodo causado com uma oferta que

combate o superendividamento, promove maior concorrência no setor, e é uma opção melhor do que empréstimos e operações de crédito, cheque especial ou rotativo do cartão de crédito", reitera a nota.

A companhia ressaltou ainda que a solução não configura operação de crédito, mas sim o adiantamento de um valor ao qual o beneficiário já tem direito. "O PicPay seguirá comprometido com o crédito responsável, a concorrência leal e, principalmente, com o direito de escolha dos beneficiários do INSS", conclui.

A medida adotada pelo presidente do INSS foi publicada nesta quarta na edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)*. No despacho, ele alega que o banco é acusado de descumprir as regras do INSS ao cobrar taxas que não estão autorizadas pelas normas oficiais.

O representante das instituições financeiras, Ivo Mósca, citou, em reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) realizada na semana passada, denúncias de que cobranças irregulares estariam sendo feitas e cobrou providências por parte do governo federal.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

MINISTÉRIO DA DEFESA

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2025

A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na PORTARIA SLIC ESG Nº 109, de 27 de março de 2025, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO Tradicional**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo Menor Preço por Grupo tendo por finalidade a Prestação de serviço eventual de locação de veículos para transporte de pessoal para a Escola Superior de Guerra. A sessão pública será realizada no dia 26 de Maio de 2025, às 09h00min, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.022/2025

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.022/2025 no dia 20/05/2025 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de Reagentes para o laboratório de Patologia Clínica do INC (Automação em Imunologia, com Equipamento em Comodato) (REAGENTE PARA DOSAGEM DE ANTI CITOMEGALOVÍRUS IGG, REAGENTE PARA DOSAGEM DE ANTI CITOMEGALOVÍRUS IGM, REAGENTE PARA DOSAGEM DE ANTI HBC TOTAL e etc.) Processo nº. 33409.001738/2024-36. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A

CNPJ/MF nº 04.743.858/0001-05 - NIRE Nº 35300633377

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2024

LOCAL E HORA: Sede social situada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1629, 1º Andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP nº 04547-006, às 10:00 horas.

QUORUM: Presentes os Srs. Acionistas representando a totalidade do capital social. **MESA:** Presidência do Sr. Luciano Reis da Silva e secretariado pelo Sr. Vinicius Leite Correa. **CONVOCAÇÃO:** Publicação dispensada nos termos do Art. 124, 8º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, eis que presentes os Srs. Acionistas representando a totalidade do capital social da companhia. **ORDEM DO DIA:** (a) Deliberar sobre a incorporação de parte do montante da Reserva Especial ao Capital Social Integralizado, aumentando o Capital Social Integralizado da Companhia, sem emissão de novas ações, nos termos do Art. 169 e §1º da Lei nº 6.404/96; (b) Deliberar sobre o aumento do Capital Autorizado; (c) Deliberar sobre a alteração do Art. 5º do Estatuto Social, em razão das propostas de alterações contidas nos itens "a" e "b" da ordem do dia desta Assembleia Geral Extraordinária. **DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE:** (a) Aprovado o aumento do Capital Social Integralizado da Companhia de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) para R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), utilizando parte da Reserva Especial; (b) Aprovado também o aumento do Capital Social Autorizado de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) para R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); (c) Em razão das alterações promovidas pela aprovações contidas nos itens "a" e "b" desta Assembleia, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, passando a ter a seguinte redação: "Art. 5º: O Capital Social Autorizado é de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) e o Capital Social Integralizado é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), devendo 41.610 (quarenta e uma mil seiscentas e dez) Ações Nominativas, todas sem valor nominal, sendo todas Ações Ordinárias Nominativas". **ENCERRAMENTO:** Facultada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestou, razão pela qual a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, foi esta Ata, depois de lida e aprovada, assinada por todos os acionistas presentes. São Paulo, 16 de dezembro de 2024. Atesto que a presente Ata é cópia fiel extraída do original que se encontra transcrita no livro próprio. Esta Ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 29/04/2025, sob o número 140.629/25-7.



CATUNDA

Fiscal da Fazenda vendeu informações de processos de empresários

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

Na mira da Polícia Federal por suspeita de cobrar propinas para livrar empresários de fiscalizações, o auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo Ricardo Catunda do Nascimento Guedes também teria vendido informações sigilosas de processos administrativos sobre empresas inspecionadas.

As suspeitas surgiram a partir de mensagens encontradas no celular de Catunda, apreendido na Operação Barão de Itararé.

As conversas no WhatsApp demonstram que o auditor interferiu no andamento de fiscalizações, levantou informações de processos conduzidos por colegas, vazou dados sigilosos de inspeções e alertou empresários sobre irregularidades.

Os irmãos Bruno D'Amico e Fernando D'Amico, empresários do setor de postos de combustíveis, seriam "clientes" do fiscal. Eles foram presos no mês passado por suspeita de vender gasolina adulterada.

O contador Gilberto Lauriano Júnior era o interlocutor entre os empresários e o fiscal, segundo a investigação.

As conversas entre Gilberto Lauriano e Catunda demonstram que o contador usou o auditor como um informante na Secretaria da Fazenda.

"Ricardo parece atuar como uma espécie de consultor para Gilberto, repassando informações de interesse dele", diz a Polícia Federal no relatório de análise das conversas recuperadas no celular do fis-

cal de Rendas.

"Verifica-se que Ricardo age conversando com outros servidores sobre os processos de interesse de Gilberto e repassa informações sobre quais serão os próximos passos e documentos necessários."

Segundo os investigadores, o auditor também usou o cargo para influenciar processos a pedido do contador, dando prioridade ao andamento de licenças e homologações, por exemplo.

"Nota-se que a todo tempo Ricardo aparece repassando informações e auxiliando diretamente Gilberto com suas questões de interesse, inclusive indicando as ações a serem ou não realizadas", diz a Polícia Federal.

Em uma conversa de dezembro de 2022, Lauriano pede ao fiscal para "ver com quem está" e "se dá pra puxar" um processo para uma loja de combustíveis virar posto de combustíveis. "É da sua região aí."

Em outro diálogo, de agosto de 2022, o contador informa que vai alterar um CNPJ e questiona se Catunda sabe para quem o processo seria distribuído. O fiscal responde que vai tentar "pilotar". "Eu te passo aí você segura", responde Lauriano.

O padrão se repete em outros diálogos. Em outubro de 2022, o contador encaminha o número de um processo sobre um inventário na Lapa e pergunta se o auditor tem "alguma corrida lá" e se "consegue ver alguma coisa" para ajudar.

Em outro processo, sobre a substituição de um posto de gasolina, o contador escreve: "Catunda pilotando. Já em andamento."

BARRA FUNDA

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Ato realizado ontem no Fórum Trabalhista da Barra Funda, na capital paulista, defendeu a competência da Justiça para julgar ações de trabalho e criticou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, de suspender ações sobre a pejetização, que é a contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas. Outras ações ocorreram ontem em outras cidades do país.

Na capital paulista, o movimento contou com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP), do Instituto dos Advogados de São Paulo (ASP), da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP) e da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Segunda Região (AMATRA-2).

"O ato está sendo organizado com o objetivo de defender a autonomia, a competência, a liberdade e aquilo que a Constituição assegura para a Justiça do Trabalho, que é defender questões relativas às relações de trabalho. É isso que esperamos: cumprir a Constituição Federal", disse o desembargador Valdir Florindo, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região, em São Paulo.

Em entrevista à Agência Brasil, o presidente do TRT da 2ª região afirmou que a decisão do Supremo de suspender os processos é preocupante, não só porque viola uma competência da Justiça Trabalhista, mas porque traz impli-

cações para a população. Mais tarde, ele voltou a dizer que a situação "é seríssima".

"Isso traz consequências sérias, porque paralisa a busca por justiça de milhares de trabalhadores e amplia a insegurança social ao postergar a solução de conflitos essenciais para a subsistência de muitas famílias", afirmou o desembargador e presidente do TRT-2.

Segundo Valdir Florindo, a Justiça do Trabalho é uma instituição consolidada, criada há mais de 80 anos para assegurar a pacificação social e proteger os direitos fundamentais do trabalhador. Para ele, a relação entre duas pessoas jurídicas não tem sabor de novidade.

"Isso sempre existiu. O que há de novo, e é muito preocupante, é a tentativa de dissimular, pela chamada pejetização, verdadeiros vínculos de emprego, negando direitos sociais sobre argumentos de uma supressão da modernização das gerações de trabalho", acrescentou.

No mês passado, o ministro Gilmar Mendes suspendeu a tramitação de todos os processos que discutem a legalidade da pejetização, situação em que as empresas contratam prestadores de serviço como pessoa jurídica, para evitar criar uma relação de vínculo empregatício formal.

A decisão de Gilmar Mendes foi tomada após o Supremo ter reconhecido a repercussão geral do assunto, o que significa que a decisão tomada pelos ministros servirá de parâmetro para todos os casos semelhantes, unificando o entendimento da Justiça.

No entanto, o tema tem colo-

cado o Supremo em rota de colisão com a Justiça Trabalhista, ao menos desde 2018, quando a Corte julgou ser inconstitucional a súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que barrava a pejetização.

OAB SP

Logo após a decisão do Supremo, a OAB SP se manifestou sobre o caso, dizendo que é preciso reafirmar a competência constitucional da Justiça do Trabalho para julgar ações que envolvem vínculos empregatícios na contratação de pessoas jurídicas.

"A OAB SP defende que o tema seja debatido com serenidade e que seja observada a técnica processual, cabendo ao STF a guarda da Constituição, mas respeitadas as manifestações de todas as instâncias da Justiça do Trabalho no exercício da competência que lhes é assegurada pela nossa lei maior", escreveu em nota.

Em entrevista à Agência Brasil, durante o ato realizado na capital paulista, o presidente da Comissão Especial da Advocacia Trabalhista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em São Paulo, Otavio Pinto e Silva, disse considerar a decisão do Supremo bastante preocupante. Segundo ele, não faz sentido que um outro órgão do sistema Judiciário fique encarregado de solucionar conflitos que afetam a pessoa do trabalhador, mesmo que se trate de uma pessoa jurídica (PJ).

"Nosso entendimento é que a Justiça do Trabalho deve resolver todos os casos que envolvem

a prestação de serviços por um trabalhador para a empresa. A preocupação que a advocacia trabalhista tem é de que a decisão do ministro Gilmar Mendes já afetou, pelo Brasil afora, algo estimado em torno de 500 mil processos. Então há sim a necessidade de se discutir o tema e mostrar aos ministros do Supremo que a Justiça do Trabalho deve ser o órgão encarregado para resolução desses conflitos", disse.

Segundo o representante da OAB, essa decisão do Supremo não só afeta uma competência constitucional como também pode trazer implicações para a população.

"A população é afetada porque acontece muitas vezes de as empresas decidirem por contratar um trabalhador e, em vez de fazer o registro do contrato pela CLT ou registrar na carteira - e assim garantir acesso a férias, 13º salário, fundo de garantia e hora extra. No caso, acabam por estabelecer que não, que isso é um contrato entre duas empresas. Mas no nosso entender, o trabalhador não é empresa. Ele tem que ser contratado como empregado, se estiverem presentes os requisitos previstos na CLT para uma relação de emprego", disse.

A pejetização é a contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas (PJs), em vez de empregados com carteira assinada pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A prática pode ser usada por empresas para reduzir custos e evitar direitos trabalhistas, como férias, 13º salário e FGTS.

ACIDENTE

Após morte, ViaMobilidade diz que vai instalar sensores de presença

GIOVANNA CASTRO/AE

A ViaMobilidade, concessionária responsável pela Linha 5-Lilás do Metrô, afirma que trabalha para instalar sensores de presença no vão entre a porta e os vagões após a morte de um passageiro na terça-feira passada, na Estação Campo Limpo, zona sul de São Paulo.

Lourivaldo Ferreira da Silva Nepomuceno, de 35 anos, era casado e tinha dois filhos. A Polícia Civil investiga o caso. Procurada sobre as medidas cobradas das concessionárias na rede metroferroviária, a Secretaria de Parcerias e Investimentos, que

administra as concessões, e a Secretaria de Transportes Metropolitanos ainda não se manifestaram.

"Esta tecnologia é muito recente e seu uso no mundo ainda é uma exceção, sendo a concessionária uma das pioneiras na adoção deste tipo de solução. Sua instalação envolve uma série de questões técnicas e testes, razão pela qual sua implantação não é imediata. Na linha 5-Lilás, o cronograma prevê concluí-la no primeiro trimestre de 2026, data que pode ser antecipada conforme os resultados dos testes", afirma a ViaMobilidade.

O presidente da companhia, Francisco Pierrini, disse em entrevista ao Brasil Urgente, da Band TV, que enquanto os sensores não forem instalados, serão implementadas barreiras físicas no interior das portas, com hastes de metal. "Com isso, qualquer objeto, qualquer pessoa, qualquer coisa que esteja ali, será detectado e a porta não fechará", afirmou.

SENSORES DE PRESENÇA

A Linha 5-Lilás não tem sensores de presença entre as portas automáticas das plataformas e os trens, como já existe em plataformas da Linha 3-Vermelha, operada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metró).

Atualmente, as portas da Linha 5-Lilás têm sensores apenas para impedir o seu fechamento se houver presença de pessoa ou objeto no espaço de abertura e fechamento das portas, mas não no vão entre a porta da plataforma e a porta do trem, conforme nota emitida pela empresa.

Segundo Luis Kolle, engenheiro do Metrô de São Paulo e presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos do Metrô (AEAMESP), os sensores de presença entre vãos e portas foram tecnologicamente desenvolvidos há pouco tempo.

"Eles têm de ser de alta confiabilidade para não atrapalhar o funcionamento do sistema. Não podem interromper a partida do trem com qualquer detecção. Tem de ser preciso e confiável", disse o engenheiro ao Estadão.

Kolle afirma que a tecnologia já está sendo implementada na Linha 3-Vermelha, mas não há homogeneidade entre os materiais utilizados pelo Metrô, pela ViaMobilidade e outras empre-

sas operadoras de linhas metroferroviárias no País.

"Diferenças nas portas existem sim. São fornecedores diferentes, contratos diferentes. Mas o funcionamento deveria ser muito similar, com poucas diferenças."

Ele ressalta que, para aumentar a segurança aos passageiros, além da instalação destes sensores nos vãos, é necessário implementar barreiras físicas para ocupar os espaços entre as plataformas e os trens e, também, criar campanhas "mais enfáticas e severas" dizendo aos passageiros para respeitarem o sinal sonoro e alertando-os sobre os riscos ao tentar burlar a segurança do sistema.

O Metrô diz que "todas as portas de plataforma instaladas pela companhia contam com dispositivos para evitar o fechamento da porta quando há pessoas ou objetos entre as fachadas e o trem. Como medida adicional de segurança, o Metrô tem intensificado as orientações aos passageiros e instalou anteparos nesses equipamentos para evitar que o passageiro se coloque entre a porta de plataforma e a porta do trem."

Sobre o caso de Lourivaldo Ferreira da Silva Nepomuceno, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) afirmou que foi registrado como "morte suspeita" na Delegacia do Metropolitano (Delpom). Uma perícia foi requisitada e estão sendo realizadas escutas de testemunhas, além de "demais diligências para o total esclarecimento dos fatos".

"O corpo da vítima já passou pelos exames pertinentes no Instituto Médico-Legal (IML), que liberou a declaração de óbito para os familiares", afirma a SSP.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 103ª (CENTÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRA ("Titulares dos CRA") da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 103ª (centésima terceira) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula 14 e seguintes do "Termo de Securitização da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries da 103ª (centésima terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais devidas pela Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda.", celebrado em 19 de junho de 2024, conforme aditado em 2 de abril de 2025 ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 27 de maio de 2025, às 16h (dezesseis horas), em 1ª (primeira) convocatória, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), examinar e discutir sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) a rerratificação das deliberações da Assembleia Especial realizada em 3 de março de 2025 ("AET de 3 de março de 2025"), na qual foi deliberada e aprovada, dentre outras matérias, "(...) a constituição de nova garantia no âmbito dos CRA, consistente na cessão fiduciária das cotas subordinadas do PRIME AGRO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, inscrito sob o CNPJ nº 53.783.414/0001-09 (...)" ("Cessão Fiduciária de Cotas" e "FIDC Prime Agro", respectivamente), para que seja indicada em nova eventual aprovação que tais cotas são de titularidade do GRUPO PRIME AGRO FUNDO DE INV. EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO RESP. LIMITADA, fundo de investimento em cotas de fundos multimercado, constituído sob a forma de condomínio de natureza especial, nos termos da Resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, conforme em vigor, da Resolução da CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme em vigor, inscrito sob o CNPJ nº 53.861.834/0001-03, regido por seu regulamento e demais disposições legais regulamentares aplicáveis ("FIM Grupo Prime Agro"), administrado pela CANALISE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Doutor Manoel Pedro, nº 365, conjunto 302, 3º andar, Condomínio Opus One Cabral Edifício, Cabral, CEP 80.035-030, inscrita no CNPJ sob o nº 47.215.387/0001-67, e não conforme constou na AET de 3 de março de 2025; (ii) caso aprovado o item (i) acima, ratificar a formalização do contrato de cessão fiduciária de cotas pelo FIM Grupo Prime Agro, como fiduciário, e da Emissora, como fiduciante, com intervenção anuência do FIDC Prime Agro e dos Srs. (a) LUIZ EDUARDO MONTANS BRAGA, inscrito no CPF sob o nº 046.662.266-05; (b) MARIO FABIANO SAHARA, inscrito no CPF sob o nº 182.004.488-27; (c) PAULO JOSÉ MONTANS BRAGA, inscrito no CPF sob o nº 045.749.136-14; e (d) WANDISLAU DOMINGOS BRUNO, inscrito no CPF sob o nº 325.956.709-72 ("Contrato de Cessão Fiduciária de Cotas"), bem como da inclusão de métrica financeira para fins de monitoramento e liberação da Cessão Fiduciária de Cotas, consistente em verificações anuais, pela Emissora, a partir, inclusive, de 2026, com relação ao exercício social de 2025, em até 15 (quinze) dias após o recebimento das demonstrações financeiras auditadas da Devedora, sendo certo que a Cessão Fiduciária de Cotas vigorará até que o valor obtido por meio da divisão da Dívida Líquida (conforme definido pelo Patrimônio Líquido) em garantia das Obrigações Garantidas, contraídas pela Devedora no âmbito do Termo de Emissão, por novos direitos creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, elencados na Cláusula 6.2.3 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a serem indicados em anexo à ata da Assembleia Especial; e (vi) a aprovação da sustação dos efeitos de Evento de Vencimento Antecipado Automático, decorrente do iminente descumprimento, pela Devedora, da Cláusula 8.1.1 (g) do Termo de Emissão, até o dia 16 de maio de 2025, tendo em vista que, (a) em 31 de dezembro de 2024, foi realizada assembleia especial dos Titulares dos CRA, na qual foi deliberado sobre a anuência prévia para o descumprimento do Índice Financeiro "Divida Líquida/EBITDA" de modo que não fosse configurado um Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, condicionada à realização de uma amortização extraordinária de 5% (cinco por cento) do Saldo Devedor no dia 1º de maio de 2025, mediante aporte pela Devedora com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência do evento; (b) em 1º de maio de 2025, a Devedora não realizou a amortização extraordinária prevista no item (a) acima; (c) em 5 de maio de 2025, a Devedora enviou à Emissora comunicação informando que, em razão do não recebimento pontual dos valores devidos por seus clientes, realizará a amortização extraordinária a que se refere o item (a) acima em 16 de maio de 2025, através de evento genérico e sob a aprovação da presente ordem do dia como ratificação do referido pagamento; (d) a não realização da amortização extraordinária de 5% (cinco por cento) do Saldo Devedor em 1º de maio de 2025, conforme pactuado, configura Evento de Vencimento Antecipado Automático; e (e) na data de realização da Assembleia Especial, já terá ocorrido o Evento de Vencimento Antecipado Automático. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Especial serão realizadas a distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Especial de Titulares dos CRA, em primeira convocação, com, no mínimo, a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Titulares de CRA, conforme item 14.3.4 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: aj.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A Instrução de Voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com o selo de autenticação digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRA, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRA. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecendo às regras estabelecidas no item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, com o selo de autenticação digital no padrão ICP-Brasil; (iv) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (v) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRA, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRA. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecendo às regras estabelecidas no item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, com o selo de autenticação digital no padrão ICP-Brasil; (iv) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (v) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRA, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRA. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecendo às regras estabelecidas no item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, com o selo de autenticação digital no padrão ICP-Brasil; (iv) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (v) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRA, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRA. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecendo às regras estabelecidas no item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, com o selo de autenticação digital no padrão ICP-Brasil; (iv) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (v) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRA, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRA. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecendo às regras estabelecidas no item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, com o selo de autenticação digital no padrão ICP-Brasil; (iv) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (v) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRA, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRA. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecendo às regras estabelecidas no item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, com o selo de autenticação digital no padrão ICP-Brasil; (iv) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (v) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRA, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRA. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecendo às regras estabelecidas no item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, com o selo de autenticação digital no padrão ICP-Brasil; (iv) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (v) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRA, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRA. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecendo às regras estabelecidas no item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, com o selo de autenticação digital no padrão ICP-Brasil; (iv) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (v) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRA, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRA. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecendo às regras estabelecidas no item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, com o selo de autenticação digital no padrão ICP-Brasil; (iv) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (v) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRA, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRA. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecendo às regras estabelecidas no item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, com o selo de autenticação digital no padrão ICP-Brasil; (iv) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (v) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRA, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRA. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecendo às regras estabelecidas no item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, com o selo de autenticação digital no padrão ICP-Brasil; (iv) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (v) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRA, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRA. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecendo às regras estabelecidas no item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, com o selo de autenticação digital no padrão ICP-Brasil; (iv) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (v) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRA será comprovada por meio do extrato emitido pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRA que estiverem

BOLSONARO NA MIRA

Comissão suspende ação do golpe contra Ramage

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, por 44 votos a 18, um requerimento para suspender o processo penal contra o deputado Alexandre Ramage (PL-RJ) (foto) no Supremo Tribunal Federal (STF). O parlamentar foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por envolvimento em uma suposta tentativa de golpe de Estado e virou réu no caso por decisão da Primeira Turma da Corte em 26 de março.

A decisão da CCJ não é definitiva. O texto precisa passar pelo crivo do plenário da Câmara, com o apoio de 257 deputados. O PL trabalha com essa ação de modo a não apenas paralisar o caso contra Ramage, mas também contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), réu na mesma ação penal por tentativa de golpe.

No dia em que o documento foi enviado à Mesa Diretora, em abril, o líder do partido na Casa, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), afirmou que uma eventual suspensão do processo beneficiaria todos os réus da ação penal. "Essa foi a melhor notícia do dia para a defesa do presidente Bolsonaro", disse.

O PL alega que todos os supostos crimes imputados a Ramage foram cometidos após a



TOMAZ SILVA/ABRASIL

diplomação dele em 19 de dezembro de 2022. O partido usou como exemplo os atos golpistas de 8 de Janeiro. "Porquanto o crime de organização criminosa armada, que possui natureza permanente, teria se estendido até janeiro de 2023, e os demais crimes imputados teriam ocorrido no dia 8 de janeiro de 2023", justificou.

A sigla fundamenta a ação num trecho da Constituição - artigo 53, parágrafo 3º - que dá para a Câmara o poder de interromper o andamento de uma ação penal enquanto o parlamentar mantiver o seu mandato.

Na sessão de ontem, Ramage afirmou que as acusações contra ele são baseadas em uma "narrativa de fatos". O parlamentar repetiu a tese de defesa

de seus advogados de que não há "razoabilidade" na denúncia porque ele havia acabado de ser eleito deputado federal.

A base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a apresentar um pedido de adiamento da votação sob o argumento de que o relatório "extrapola" os limites da Constituição ao resolver sustar "o andamento da Ação Penal contida na Petição n. 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal, em relação a todos os crimes imputados", o que, em tese, se estenderia a todos os réus pela tentativa de golpe de Estado. A decisão beneficiaria o presidente Jair Bolsonaro.

O deputado Rubens Pereira Junior (PT-MA) argumentou que o artigo 53 é restrito à possibilidade de sustação da ação pe-

nal de deputados e senadores.

"O extrapolamento, onde se passa do ponto, é quando diz que a decisão do Poder Legislativo susta a ação em relação ao parlamentar e aos demais corréus. Isso não tem amparo na Constituição. O artigo 53, parágrafo 3º, elencado traz no início 'recebida a denúncia deputado e senador'", afirmou.

A tese foi defendida também pelo deputado Lindbergh Farias (PT-RJ). De acordo com o parlamentar, a decisão de suspender a ação é inconstitucional. "Os senhores acham que o Supremo está preocupado? É claro que não."

"Estamos tendo a ousadia de propor a ação penal do Bolsonaro. Eu entendo o pessoal do PL, eu entendo a turma que é bolsanarista. Eles não querem que esse julgamento aconteça. Estavam defendendo aqui aquela anistia, que é inconstitucional, que é absurda, porque nós estamos prestes a começar a um julgamento. Mas confesso meu espanto com a possibilidade de voto de deputados dos partidos de centro. Votar numa barbaridade como essa...", afirmou.

Em reação à representação do PL, o ministro Cristiano Zanin, do Supremo, enviou, em abril, um ofício à Câmara para informar que a ação na Primeira Turma que tornou Ramage réu não pode ser sustada em sua integralidade.

CARGOS EXECUTIVOS

Relator antecipa fim da reeleição para 2030 e CCJ adia votação

LUCAS PORDEUS LEON/ABRASIL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou ontem, após pedido de vista, a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que extingue a reeleição para os cargos de presidente da República, prefeito e governador. O tema deve ser retomado na próxima semana.

O relator da matéria, senador Marcelo Castro (MDB-PI), apresentou novo parecer encurtando a regra de transição para que o fim da reeleição para governadores e presidente passe a valer em 2030, e não em 2034, como previa o texto anterior.

A PEC 12 de 2022 ainda aumenta o mandato dos chefes do Executivo, deputados e vereadores para cinco anos e dos senadores para dez anos. Além disso, a proposta unifica as eleições no Brasil para 2034, quando os brasileiros elegeriam todos os cargos de uma só vez. Atualmente, os eleitores vão às urnas a cada dois anos.

O relator Marcelo Castro justificou que o Brasil nunca teve reeleição para cargos do Executivo antes de 1997, quando o Parlamento aprovou a reeleição, dando ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso a possibilidade de disputar novo mandato de presidente.

"O advento da reeleição tem trazido muitas distorções na prática política. Na eleição passada, 83% dos prefeitos que disputaram a reeleição no Brasil conseguiram se reeleger. Isso é um dado muito claro de que não há uma paridade de armas quando se vai disputar uma eleição com o pre-

feito, ou governador, ou presidente da República no poder", argumentou Castro.

CRÍTICAS

Apesar do fim da reeleição ter amplo apoio da CCJ, o aumento dos mandatos de senadores para dez anos tem sido alvo de críticas. A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) pediu ao relator que mantenha os mandatos de quatro anos para deputados e de oito para senadores.

"Você sair de um mandato de oito anos, que já é um grande tempo, para um mandato de 10 anos? Não tem país que tenha uma década de mandato para senador. E aumentar o mandato de cinco anos de deputado também não é bom. No caso americano, temos mandatos de dois anos para deputados. Há uma presença frequente do processo eleitoral", disse a parlamentar.

Para o Executivo, a parlamentar defendeu um tempo maior, de seis anos de mandato. "Nenhum governo consegue fazer uma obra estruturante, em um estado ou município, em quatro anos, ou mesmo em cinco anos", completou.

TRANSIÇÃO

Segundo o parecer do relator, a reeleição valerá ainda em 2026. Em 2028, os prefeitos teriam um mandato estendido de seis anos, sem direito a reeleição, para que, em 2034, todas as eleições coincidam em um único pleito.

Já governadores e presidente poderiam se reeleger em 2026. Com isso, em 2030 seriam as primeiras eleições sem possibilidade de reeleição para governadores e presidente da República.

RESERVA DE VAGAS

Senado aprova cota de 30% em concursos para negros e indígenas

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei 1.958/2021, que reserva 30% das vagas de concursos públicos para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas. O texto agora segue para a sanção presidencial.

Pela proposta, a reserva 30% das vagas será ofertada nos concursos públicos para candidatos pretos, pardos, indígenas e quilombolas que concorram a cargos efetivos da administração pública federal direta e indireta, das fundações e empresas públicas, além das empresas privadas que têm vínculo com a União.

A cota também valerá para contratações temporárias. O percentual incidirá sobre o número total de vagas previstas nos

editais dos processos seletivos.

As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência. O texto determina que, na hipótese de indeferimento da autodeclaração no procedimento de confirmação, as pessoas poderão prosseguir no concurso público ou no processo seletivo simplificado pela ampla concorrência, desde que possuam, em cada fase anterior do certame, conceito ou pontuação suficiente para as fases seguintes.

"A nomeação dos candidatos aprovados e classificados observará os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas re-

servado a pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas e a outros grupos previstos na legislação", diz o texto.

AUTODECLARAÇÃO

O projeto diz que serão consideradas pessoas negras aquelas que assim se autodeclararem e apresentarem características que possibilitem seu reconhecimento social como negras. Além disso, deverá constar nos editais dos processos de confirmação complementar à autodeclaração.

AVERIGUAÇÃO

Em casos da hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé na autodeclaração, o texto diz que o órgão ou a entidade responsável pelo concurso público ou pelo processo seletivo simplificado instaurará procedi-

mento administrativo para averiguação dos fatos.

Nesses casos, serão respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa o candidato será eliminado do concurso.

Caso seja constatada a má-fé, será eliminado do concurso público ou do processo seletivo simplificado, caso o certame ainda esteja em andamento; ou terá anulada a sua admissão ao cargo ou ao emprego público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso já tenha sido nomeado.

O monitoramento da implementação das cotas ficará a cargo do Poder Executivo, que promoverá revisão periódica do programa de ação afirmativa. O prazo estipulado no texto para a revisão é de dez anos após a sua entrada em vigor.

AMAZONAS

PF indicia 13 por oito mortes de ribeirinhos

A Polícia Federal concluiu o inquérito sobre uma série de oito assassinatos e abusos que teriam sido cometidos por policiais militares estaduais contra a população ribeirinha e indígena, nos arredores do rio Abacaxis, municípios de Borba e Nova Olinda do Norte, no Amazonas, em agosto de 2020. O Estádio busca contato com a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas. O espaço está aberto.

Segundo a PF, naquela ocasião, foi deflagrada pela Secretaria de Segurança Pública e Polícia Militar do Amazonas a operação "Lei e Ordem" na região do rio Abacaxis.

Durante a missão, policiais militares teriam cometido abusos, como ameaça, tortura, violação de domicílio e homicídios.

Ao longo de quatro anos de investigação, a PF indiciou 13 investigados. Em nota divulgada nesta quarta, 7, a PF destaca que

"identificou os coordenadores e executores dos oito homicídios cometidos contra indígenas e ribeirinhos".

A PF apurou ainda que "duas autoridades exerciam a função de comandar as graves violações de direitos humanos, dificultando que agentes públicos de outras instituições acompanhassem o caso e, por fim, garantindo que os 11 executores não fossem investigados ou punidos".

Os investigados foram indiciados pelos crimes de homicídio qualificado, sequestro e cárcere privado, destruição, subtração ou ocultação de cadáver, vilipêndio a cadáver, constituição de milícia privada, fraude processual e tortura. A PF informou que "continua monitorando os riscos aos habitantes da região do Rio Abacaxis, em conjunto com outras agências e instituições públicas".

CRIME ORGANIZADO

Polícia prende em São Paulo chefe do PCC na tríplice fronteira com Peru

MARCELO GODOY, FAUSTO MACEDO E RAYSSA MOTTA/AE

A Polícia Civil prendeu ontem, na zona Leste de São Paulo, o chefe do PCC no Acre, Paulo Roberto Estevam de Carvalho, o 'Paulo Baladeira', apontado como o líder máximo do tráfico de cocaína na tríplice fronteira do Brasil com o Peru e a Bolívia.

Condenado a 21 anos de prisão, ele foi localizado por agentes do Deic (Departamento Estadual de Investigações contra o Crime Organizado) em uma distribuidora de bebidas na rua Flor de Inverno, esquina com a travessa José Antônio Arze, Jardim das Camélias, zona Leste da capital paulista.

Relatório de Inteligência da

Polícia, ao qual o Estádio teve acesso, indica que 'Paulo Baladeira' é 'liderança da organização criminosa Primeiro Comando da Capital, com atuação comprovada nos municípios de Brasília e Epiatociolândia, no Acre'.

Ele é acusado de promover ações criminosas com extrema violência na região de fronteira.

A Polícia de São Paulo recebeu um alerta dos policiais do Acre com informações sobre o possível esconderijo de 'Baladeira'. O relatório destacou que o chefe do PCC na tríplice fronteira estaria escondido na distribuidora de bebidas - da qual seria o proprietário - no Jardim das Camélias.

'Baladeira' já havia sido cap-

turado em 2023 na cidade de Brasília - divisa com a localidade de Cobjija, capital do Estado do Pando, na Bolívia -, por agentes da 'Operação Remoto', conduzida pela Regional de Polícia do Alto Acre. A investigação revelou que ele usava uma chácara como entreposto do comércio de cocaína.

Na ocasião, o líder do PCC no Acre foi resgatado por um grupo armado que invadiu a Delegacia de Brasília. Durante a ação, o bando levou todas as armas da unidade policial. 'Baladeira' foi preso novamente e, mesmo monitorado com tornozeleira eletrônica, conseguiu fugir para São Paulo.

Ontem, os agentes da 6ª Delegacia de Polícia de Investiga-

ções sobre Facções Criminosas e Lavagem de Dinheiro do Deic, sob comando dos delegados Fernando José Goes Santiago e Tarcio Lara Marcozo Severo, localizaram 'Baladeira' em São Paulo.

Segundo a Inteligência da Polícia, mesmo escondido em São Paulo, 'Baladeira' continuou a comandar operações criminosas à distância, incluindo a autorização para execuções de membros de facções rivais na fronteira do Acre com o Peru e a Bolívia.

Seu envolvimento no tráfico de drogas e na disseminação da violência fez dele um alvo prioritário das forças de segurança, que vinham trabalhando intensamente para sua captura.

Nota

ATO DE BOLSONARO POR ANISTIA REÚNE 4 MIL PESSOAS EM BRASÍLIA

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) reuniu cerca de 4 mil pessoas em Brasília ontem, em um protesto pela defesa da anistia política aos envolvidos no trama golpista que culminou nos ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de Janeiro. A estimativa é do Monitor do Debate Público do Meio Digital, formado por pesquisadores do CEBRAP e da USP, com apoio da ONG More in Common. A contagem foi feita no momento de pico da concentração, próximo à Catedral Metropolitana, às 16h30, a partir de fotos aéreas analisadas com software de inteligência artificial. A chamada "Caminhada pela Anistia Humanitária" foi o primeiro ato promovido pelo ex-presidente na capital federal desde os ataques de 8 de Janeiro. Essa caminhada soma-se a outras manifestações lideradas por Bolsonaro este ano, como em Copacabana (Rio) e Avenida Paulista (São Paulo). Porém, o protesto de ontem foi o menor em público até o momento. Veja a evolução do público nos atos bolsanaristas, segundo estimativas do Monitor do Debate Público do Meio Digital.

ALERJ

Estudante morto na ditadura pode entrar para livro de heróis

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, na terça-feira passada, em segunda discussão, a inclusão do nome do estudante Edson Luís de Lima Souto no Livro dos Heróis e Heroínas do Estado do Rio.

A medida está prevista no Projeto de Lei 606/23, de autoria da deputada Dani Monteiro (PSOL). Edson Luís foi assassinado pela polícia durante a ditadura militar em 1968, quando tinha apenas 18 anos. Natural de Belém, no Pará, ele se mudou para o Rio de Janeiro a fim de terminar o segundo grau, atual ensino médio.

O estudante virou símbolo histórico da resistência estudantil contra a repressão política.

"Quero referenciar o quanto Edson foi um herói, pois lutava diretamente pela democracia, pela educação e pelo direito à alimentação. Isso é o que nos motiva a colocar o seu nome no Livro de Heróis", disse Dani Monteiro.

INVASÃO

O jovem foi assassinado em março de 1968, após policiais militares invadirem o Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Calabouço, no centro do Rio, onde ocorria uma manifestação estudantil. No mesmo ano de seu assassinato, em dezembro de 1968, a ditadura militar endureceu o regime e decretou o Ato Institucional número 5

(AI-5), que permitiu a cassação de políticos eleitos.

Os deputados Carlos Minc (PSB) e Luiz Paulo (PSD) são coautores do projeto. Os dois estavam na manifestação em que o estudante foi morto.

"Sou testemunha ocular da história deste assassinato praticado pela ditadura. Os estudantes pegaram o corpo dele e trouxeram para onde hoje é a Câmara Municipal e eu estava presente porque, na época, eu também fazia parte do movimento estudantil. Muitos foram os intelectuais que aderiram a esse projeto pelo assassinato de um jovem estudante", disse Luiz Paulo.

Esse caso levou a uma expansão do movimento estudantil. "Lembro que o pessoal gritava: mataram um estudante. E se fosse um filho seu? Isso pegou na classe média porque, de fato, ele não estava cometendo crime algum e sim almoçando em um restaurante", contou Carlos Minc.

"O Edson levou um tiro no peito e a polícia tentou tirar o corpo dele e levar embora para fazer a autópsia e esvaziar a manifestação. Os médicos Jamil Haddad e Luiz Tenório fizeram a autópsia no meio da manifestação para que ninguém levasse o corpo embora", acrescentou Minc.

O texto segue agora para o governador Cláudio Castro, que tem até 15 dias úteis para sancionar ou vetar a medida.

DOENÇA

Cidade do Rio retoma vacinação atualizada contra Covid-19

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ) retomou ontem a vacinação atualizada contra a Covid-19 que protege contra a cepa JN.1. A secretaria recebeu 20.700 doses. O primeiro grupo a ser vacinado é de idosos que vivem em instituições de longa permanência.

O município do Rio também recebeu 13.040 doses do imunizante Pfizer Baby para aplicação em crianças de seis meses a 4 anos.

A vacina é segura e previne contra a variante mais recente da covid-19, a JN.1, reduzindo o risco de internação e mortalidade pela doença. Para se vacinar, é preciso que o idoso tenha tomado a dose anterior, há um ano.

Nas próximas semanas, sem data definida, com a chegada de mais doses, a expectativa é imunizar contra a doença outros grupos prioritários nas 240 salas de vacinação em unidades de atenção primária, como as clínicas da família e centros municipais de saúde. A vacina também pode ser tomada nas duas unidades do Super Centro Carioca de Vacinação, em Botafogo, na zona sul, e no Park Shopping Campo Grande, na zona oeste.

DIA D

No próximo sábado das 8h às 17h, será realizado o Dia D de vacinação contra a gripe, com atendimento em todas as salas das unidades de atenção primária, no Super Centro Carioca e em centenas de pontos extras distribuídos pela cidade. Esses pontos ficam em locais estratégicos para facilitar o acesso das pessoas, como pra-

ças, associações de moradores, igrejas, centros comerciais e escolas. Serão disponibilizadas mais de 500 mil doses da vacina contra a influenza.

No município do Rio, todas as pessoas a partir de 6 meses de idade podem tomar a vacina da gripe. As únicas exceções são pessoas com histórico de alergia grave em dose anterior do imunizante. Não há indicação de imunização para crianças com menos de 6 meses.

Para se imunizar, é necessário apresentar documento de identificação e, se possível, a caderneta de vacinação. A dose é anual. Quem se vacinou no ano passado precisa tomar nova dose este ano. Para quem já tomou o imunizante anteriormente, o esquema vacinal é de dose única. Em 2025, mais de 700 mil usuários já se imunizaram contra a gripe e a meta no Rio, até o final da campanha, é proteger cerca de 3 milhões de cariocas.

"O pico da doença ocorre nos meses de julho e agosto, no inverno. Então é importante que a população esteja imunizada antes desse período. O ideal é que as pessoas busquem se vacinar o mais rápido possível, para estar protegidas. É uma vacina muito segura e, para facilitar o acesso, disponibilizamos centenas de pontos de vacinação em toda a cidade. Muitas unidades estão com programações lúdicas e culturais para tornar o Dia D uma grande festa da saúde, como o carioca gosta e merece. No último Dia D, em 2024, foram vacinadas 208 mil pessoas, e a expectativa é superar essa marca em 2025, no próximo sábado", disse, em nota, o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz.

CONFLITO COM A ÍNDIA

Paquistão autoriza retaliação 'à altura' após ataque mortal

O Paquistão autorizou suas forças armadas a tomar medidas de retaliação "correspondentes" contra a Índia depois que um ataque com mísseis realizado durante a noite pela força aérea indiana matou 26 pessoas em todo o Paquistão, aumentando os temores de uma escalada do conflito entre os dois países com arsenais nucleares.

Em uma declaração contundente, o Paquistão acusou a Índia de "iniciar um inferno" na região depois de realizar ataques direcionados a nove locais na Caxemira controlada pelo Paquistão e na província paquistanesa de Punjab na madrugada de ontem.

A Índia disse que os ataques foram uma retaliação direta a um ataque na Caxemira controlada pela Índia no final do mês passado, no qual militantes atacaram e mataram 25 turistas hindus e seu guia.

A Índia acusou o Paquistão de envolvimento direto nos ataques, por meio de organizações militantes islâmicas que o país há muito tempo é acusado de apoiar. Depois de seus ataques aéreos ontem, que mataram 26 pessoas, incluindo várias crianças, e deixaram 45 feridos, a Índia comemorou a vitória sobre o Paquistão.

O Exército indiano afirmou que os ataques tinham como alvo específico os terroristas e os campos de treinamento de dois grupos militantes islâmicos, Lashkar-e-Taiba e Jaish-e-Mohammed, que há muito tempo são acusados de operar livremente a partir do Paquistão e estão envolvidos em alguns dos ataques terroristas mais letais da Índia.

"Matamos apenas aqueles que mataram nossos inocentes", disse o ministro da defesa da Índia, Rajnath Singh, enquanto o ministro de assuntos internos, Amit Shah, disse que o governo estava "decidido a dar uma resposta adequada a qualquer ataque contra a Índia e seu povo".

O Exército indiano descreveu os ataques com mísseis como "não escalonados, proporcionais e responsáveis". Políticos indianos de diferentes partidos políticos elogiaram a operação, que recebeu o nome de "Sindoor", uma palavra em hindi para o pó de vermelho usado por mulheres hindus casadas em suas testas e cabelos. Foi uma referência às mulheres cujos maridos foram mortos na frente delas no ataque na Caxemira.

O Paquistão afirmou que os "ataques não provocados e in-

justificados martirizaram homens, mulheres e crianças inocentes" e negou a existência de qualquer acampamento ou infraestrutura terrorista nas áreas atingidas pela Índia.

Pela primeira vez desde a guerra entre a Índia e o Paquistão em 1971, mísseis indianos atingiram o interior de Punjab, a província mais importante do ponto de vista político e militar do Paquistão, matando pelo menos 16 pessoas.

'FLAGRANTE DE GUERRA'

O primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharif, deixou claro que seu país via os ataques da Índia como um "ato flagrante de guerra" e pretendia tomar medidas de retaliação, embora não tenha discutido a forma que isso tomaria. Em uma reunião do conselho de segurança nacional nesta quarta-feira, o governo de Sharif autorizou as Forças Armadas do país a tomar medidas para defender a soberania do Paquistão "em um momento, local e maneira de sua escolha".

Em uma sessão do parlamento nesta quarta-feira, Bilawal Bhutto Zardari, copresidente do Partido Popular do Paquistão, que governa como parte do governo de coalizão, reafirmou o direito do país de se defender e disse que a resposta do Paquistão aos ataques da Índia "ainda está por vir".

"O Paquistão tem o direito de responder a esse ataque como quiser", disse ele. A Caxemira, no sopé do Himalaia, tem sido disputada desde a divisão da Índia e a formação do Paquistão em 1947. Tanto a Índia quanto o Paquistão reivindicam integralmente, mas cada um controla uma parte do território, separada por uma das fronteiras mais militarizadas do mundo: a "linha de controle", baseada em uma fronteira de cessar-fogo estabelecida após a guerra de 1947-48. A China controla outra parte no leste.

A Índia e o Paquistão entraram em guerra três vezes por causa da Caxemira, a última delas em 1999.

Havia indícios de que a Índia também havia sofrido perdas nos ataques de quarta-feira, que foram realizados por aeronaves militares e drones dentro do espaço aéreo da própria Índia. O Paquistão alegou que cerca de 80 jatos indianos haviam participado dos ataques e disse que havia "exercido moderação" ao abater apenas cinco.

O governo indiano permaneceu calado sobre todas as aeronaves que teriam sido abatidas, mas os destroços de pelo menos

três aviões foram relatados em áreas da Caxemira controlada pela Índia e no estado indiano de Punjab.

O Comitê de Segurança Nacional do Paquistão disse que o país se reserva o direito de responder "em legítima defesa, no momento, local e maneira que escolher".

A declaração afirmou que os ataques foram realizados "sob o falso pretexto da presença de campos terroristas imaginários" e disse que eles mataram civis.

O analista do sul da Ásia, Michael Kugelman, disse que os ataques foram alguns dos de maior intensidade da Índia contra seu rival em anos e que a resposta do Paquistão "certamente também será contundente".

"Essas são duas forças armadas fortes que, mesmo com armas nucleares como dissuasão, não têm medo de empregar níveis consideráveis de força militar convencional uma contra a outra", disse Kugelman. "Os riscos de escalada são reais. E eles podem muito bem aumentar, e rapidamente".

Em 2019, os dois países chegaram perto de uma guerra depois que um insurgente da Caxemira bateu com um carro carregado de explosivos em um ônibus que transportava soldados indianos, matando 40 pessoas. A Índia respondeu com ataques aéreos.

O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, pediu o máximo de contenção porque o mundo não podia "permitir um confronto militar" entre a Índia e o Paquistão, de acordo com uma declaração do porta-voz Stephane Dujarric.

A China também pediu calma. Pequim é, de longe, o maior investidor no Paquistão e tem várias disputas de fronteira com a Índia, incluindo uma na parte nordeste da região da Caxemira.

Vários estados indianos realizaram exercícios de defesa civil na quarta-feira para treinar civis e equipes de segurança para reagir em caso de ataque. O primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, adiou sua próxima viagem à Noruega, Croácia e Holanda.

PÂNICO E DESTRUIÇÃO

Os ataques com mísseis atingiram seis locais e mataram pelo menos 26 pessoas, incluindo mulheres e crianças, disse o porta-voz militar do Paquistão, tenente-general Ahmed Sharif.

As autoridades disseram que outras 38 pessoas ficaram feridas nos ataques, e mais cinco pessoas foram mortas no Paquistão du-

rante trocas de tiros do outro lado da fronteira no final do dia.

Em Muzaffarabad, a principal cidade da Caxemira controlada pelo Paquistão, o morador Abdul Sammad disse que ouviu várias explosões, enquanto as explosões atingiam as casas. Ele viu pessoas correndo em pânico e as autoridades imediatamente cortaram a energia da área.

As pessoas correram para as ruas ou para áreas abertas. "Estávamos com medo de que o próximo míssil atingisse nossa casa", disse Mohammad Ashraf, outro morador.

Os jatos indianos danificaram a infraestrutura de uma represa na Caxemira administrada pelo Paquistão, de acordo com Sharif, o porta-voz militar, chamando isso de uma violação das normas internacionais.

Os ataques também atingiram perto de pelo menos dois locais anteriormente ligados a grupos militantes que, desde então, foram banidos, de acordo com o Paquistão.

Um deles atingiu a mesquita Subhan, na cidade de Bahawalpur, em Punjab, matando 13 pessoas, segundo Zohaib Ahmed, médico de um hospital próximo.

A mesquita fica perto de um seminário que já foi o escritório central do Jaish-e-Mohammed, um grupo militante proibido em 2002. As autoridades dizem que o grupo não tem presença operacional no local desde a proibição.

Outro míssil atingiu uma mesquita em Muridke, em Punjab, danificando-a. Um amplo edifício localizado nas proximidades serviu como sede do Lashkar-e-Taiba até 2013, quando o Paquistão proibiu o grupo militante e prendeu seu fundador.

O Ministério da Defesa da Índia chamou os ataques de "focados, medidos e de natureza não escalatória". "Nenhuma instalação militar do Paquistão foi atingida", disse o comunicado.

No vilarejo de Wuyan, na Caxemira indiana, Adnan Ahmad, 25 anos, relatou ao jornal britânico The Guardian ter ouvido um forte estrondo por volta da 1h40 da manhã. "Quando corri para a janela, vi uma aeronave em chamas caindo", disse ele. "Havia outra aeronave se movendo acima da aeronave que estava caindo. A aeronave aterrissou perto de um prédio escolar, atingindo árvores. Eu corri para o local do acidente junto com outros vizinhos. Houve várias explosões dos destroços caídos por cerca de uma hora."

GUERRA

Vance cobra diálogo direto entre Rússia e Ucrânia e critica Europa

PEDRO LIMA/AE

O vice-presidente dos Estados Unidos, JD Vance, abordou ontem o conflito entre Rússia e Ucrânia durante a Conferência de Segurança de Munique. Ele destacou a ausência de diálogo direto entre os dois países. "Rússia e Ucrânia não têm conversas concretas sobre o que fazer para acabar com a guerra", afirmou.

Apesar das dificuldades, Vance demonstrou algum otimismo: "Ainda não estou tão pessimista com a situação Rússia-

Ucrânia", disse, reconhecendo, no entanto, que "a Rússia impõe muitas condições para o fim do conflito".

O vice-presidente defendeu avanços nas tratativas de paz: "Precisamos dar um passo à frente nas negociações Rússia-Ucrânia nesta semana". Para ele, é essencial que as conversas ocorram de forma direta. "É muito importante que Rússia e Ucrânia comecem a conversar entre si", afirmou, ponderando que "há um grande abismo entre as posições dos ucranianos e

dos russos".

Vance também expressou frustração com o impasse nas negociações. "Os dois lados se odeiam tanto, que os primeiros 30 minutos de conversas seriam só com um lado reclamando do outro de questões históricas", disse. Ainda assim, ressaltou que uma "paz duradoura será economicamente benéfica para Ucrânia e Rússia".

Além do tema do conflito, Vance destacou a importância da cooperação entre Estados Unidos e Europa na área de se-

gurança, mas criticou a estratégia europeia nas últimas décadas. "EUA e Europa estão no mesmo time" sobre segurança, afirmou, acrescentando que a "aliança com a Europa é muito importante para nós". No entanto, avaliou que "a postura de segurança da Europa dos últimos 20 anos não é adequada para os próximos 20 anos".

Ele ainda parabenizou o chanceler eleito da Alemanha, Friedrich Merz, e informou que terá uma conversa com ele nos próximos dias

Nota

XI JINPING PEDE DEFESA DA ORDEM INTERNACIONAL E DO MULTILATERALISMO ESTABELECIDOS NO PÓS-GUERRA

O presidente da China, Xi Jinping, pediu união para defender a ordem internacional estabelecida após a Segunda Guerra Mundial e o sistema econômico multilateral, em entrevista para a *Russian Gazette*, republicada pelo site oficial do governo chinês ontem. Xi lembrou que a China e a Rússia participaram desde o início dessa nova ordem, incluindo na criação da Organização das Nações Unidas (ONU). "Quanto mais turbulenta e complexa se torna a

situação internacional, mais devemos manter e defender a autoridade da ONU, defender firmemente o sistema internacional baseado em regras e promover o mundo multipolar", afirmou Xi, destacando também a importância da "globalização econômica universalmente benéfica e inclusiva". Segundo ele, é importante que líderes globais escolham "diálogo ao invés de confronto, parcerias no lugar de alianças, e busquem cooperação com ganhos mútuos". "Acreditamos firmemente que as pessoas ao redor do mundo escolherão o lado certo da história, o lado da justiça", acrescentou.